

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Prof. Dr. Irineu Barreto

Direito FMU

Módulo: Subdivisões conceituais e didáticas: Ramos do Direito



@profirineubarreto

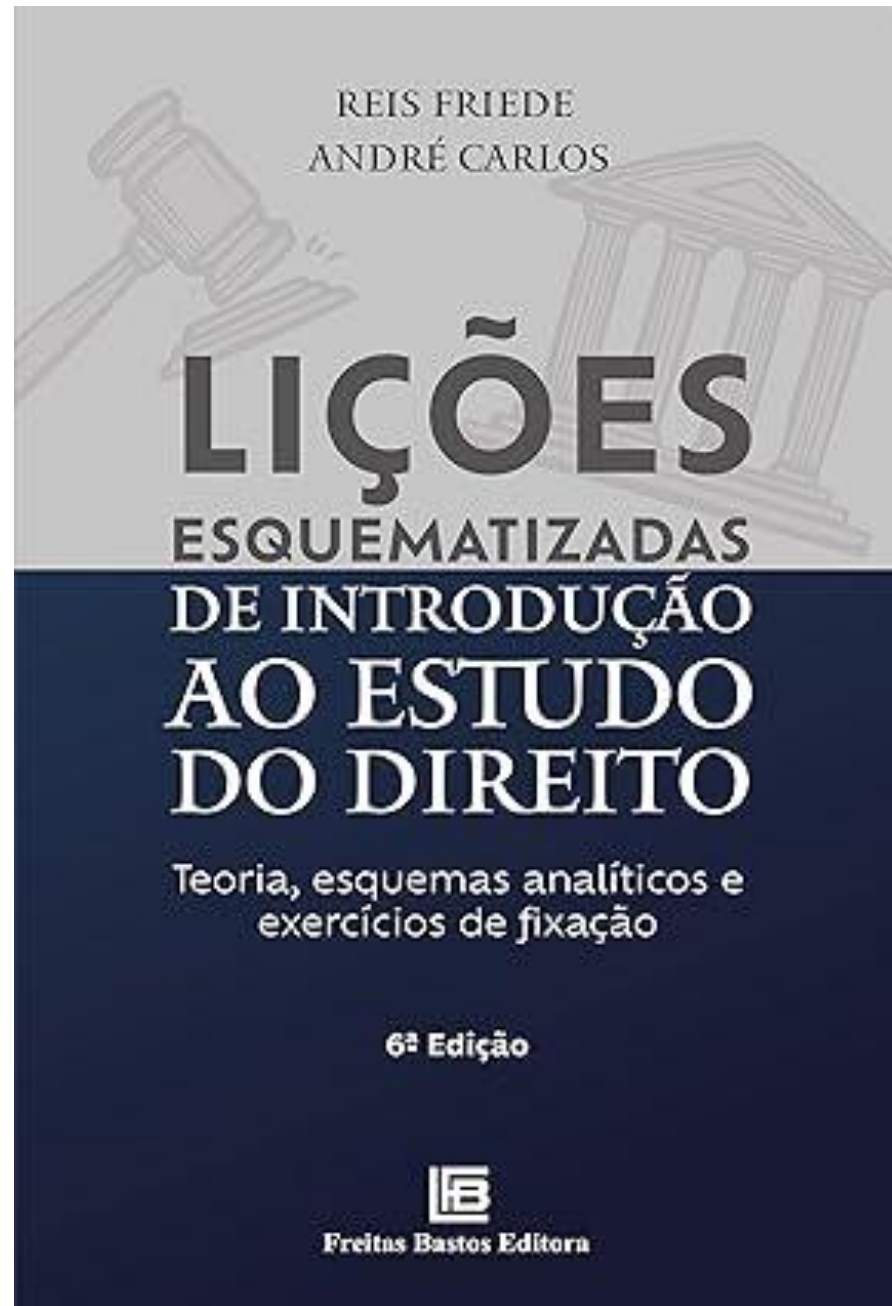


Unidades do plano de ensino

6. Subdivisões conceituais e didáticas do Direito. Ramos do Direito.



Sociedade, Internet e Direito

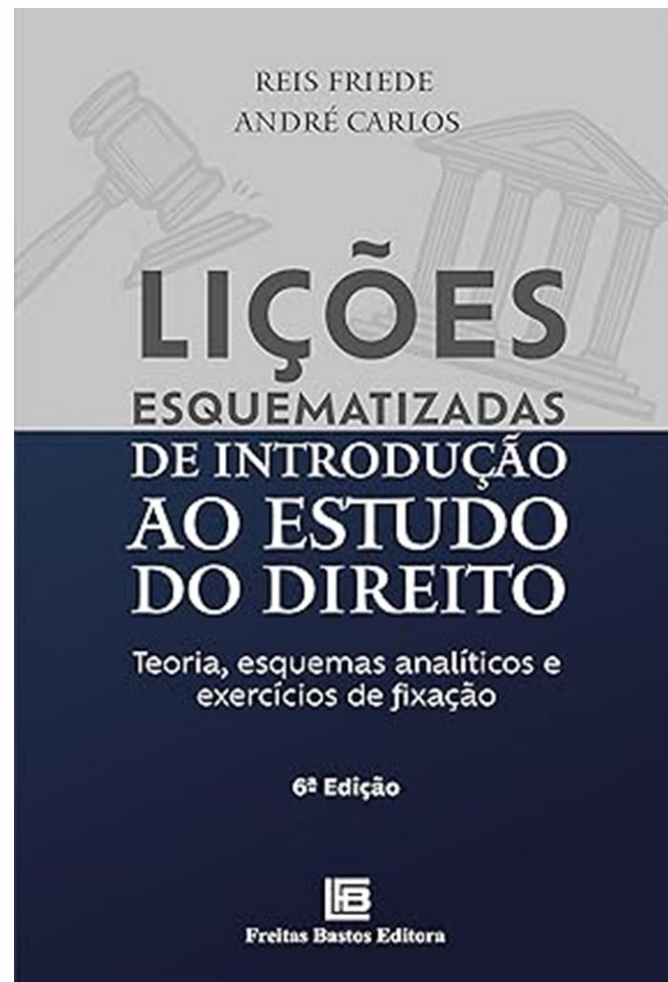


Objetivos:
Apresentar os
ramos do direito
e possibilidades
de atuação
profissional



<https://www.portalsid.com/>

Grandes áreas do Direito: Direito Público, Direito Privado e Direito Misto



Direito Público

Presença do Estado e interesse público

Direito Privado

Relações entre particulares

Direito Misto

Elementos públicos e privados

Introdução: Atuação na área jurídica

Litígio

Prevenção/Consultoria

Compliance

Carreiras Públicas

Arbitragem

Ramos do Direito Público Interno

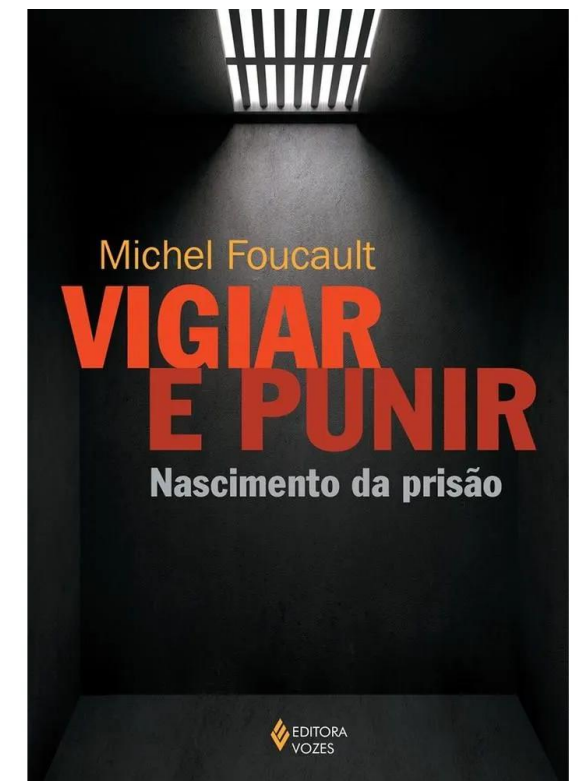


Direito Penal

Conjunto de normas jurídicas que tem por objetivo a determinação de infrações de natureza penal e suas sanções correspondentes – penas e medidas de segurança

Direito Penal

- O Direito Penal é o ramo do Direito Público que tem como objetivos:
 - definir as condutas consideradas crimes,
 - estabelecer as penas e medidas de segurança aplicáveis, e
 - regular a atuação do Estado no exercício do poder punitivo.



Como atua um profissional do Direito nessa área?

- Atua na defesa ou acusação de pessoas envolvidas em situações que envolvem a prática de crimes, tanto na fase investigativa quanto no processo judicial
- Na prática, acompanha inquéritos policiais, realiza pedidos de liberdade provisória, *habeas corpus*, revogação de prisões preventivas, elabora defesas, recursos, sustentações orais, requerimentos de provas e alegações finais, além de atuar na execução penal (progressão de regime, livramento condicional...)

Direito Penal: conteúdo sintético

- Parte Geral: princípios fundamentais, aplicação da lei penal, teoria do crime, espécies de pena, concurso de crimes e extinção da punibilidade
- Parte Especial, descreve os diversos tipos penais (como homicídio, furto, estupro, corrupção, entre outros)
- Além disso, o Direito Penal abrange leis penais especiais, que regulam crimes específicos fora do Código Penal, como os previstos na Lei Maria da Penha e na Lei de Crimes Hediondos

Ramos do Direito Público Interno



Direito Processual Civil

Aquele que atua como principal instrumento do Estado para o exercício do poder jurisdicional, abarcando normas e princípios básicos que subsidiam os diversos ramos do direito processual como um todo

Direito Processual Civil

- Estabelece as normas e princípios que orientam o funcionamento da Justiça Civil, disciplinando a atuação das partes, juízes, advogados e demais sujeitos processuais
- Abrange temas como jurisdição, ação, competência, atos processuais, as fases do processo (inicial, saneamento, instrução, julgamento e execução), bem como os recursos cabíveis, os procedimentos especiais e a tutela provisória

Exemplos de conteúdo abordado no Direito Processual Civil

- Atos processuais
 - Conceito e espécies de atos processuais
 - Formas, prazos e comunicações dos atos (intimação, citação, notificação)
 - Nulidades processuais
 - Preclusão e coisa julgada
- Procedimentos
 - Procedimento comum (ordinário)
 - Procedimentos especiais (ações possessórias, inventário, alimentos...)
 - Tutelas provisórias
- Sentenças e Recursos

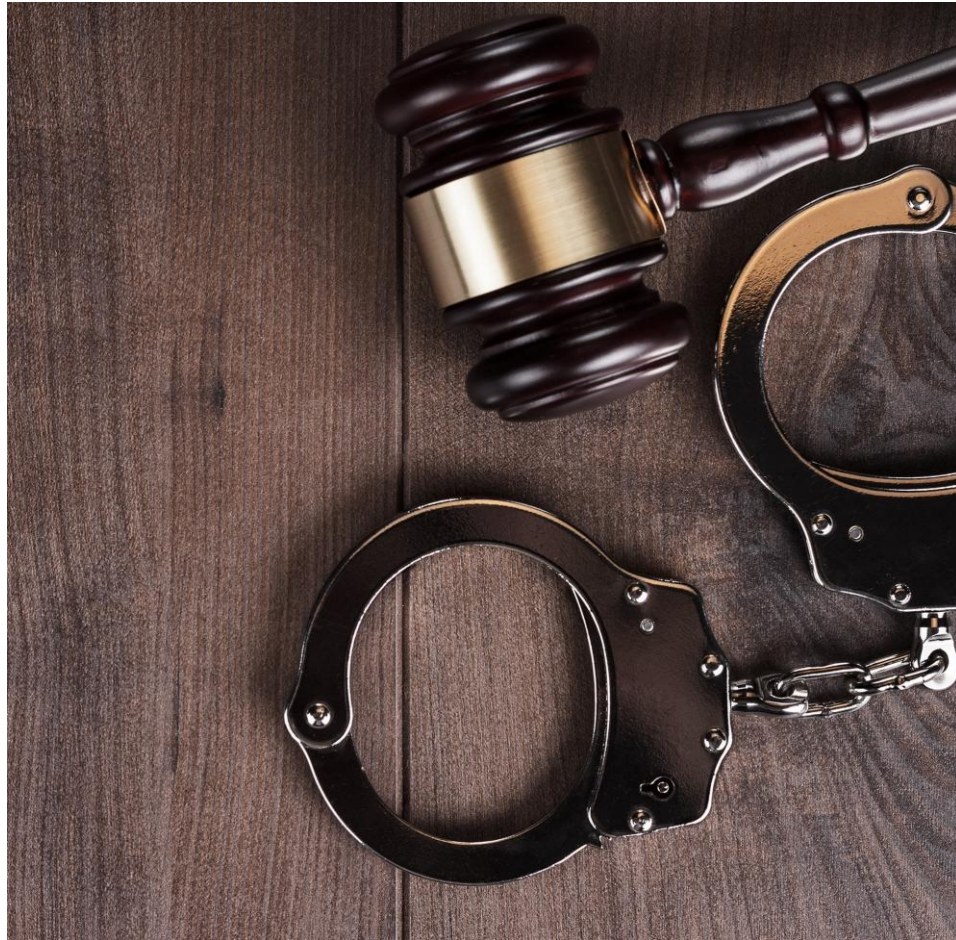


Ramos do Direito Público Interno

Direito Constitucional

Conjunto de normas que trata da estrutura, da organização fundamental do Estado brasileiro, disciplina que se baseia primordialmente na Constituição da República Federativa do Brasil

Ramos do Direito Público Interno



Direito Processual Penal

Conjunto de normas e princípios que regulam a aplicação jurisdicional do Direito Penal objetivo, a sistematização dos órgãos de jurisdição, bem como da persecução penal.

Mais Ramos do Direito Público Interno

Direito Administrativo

Ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública

Direito Tributário

Ramo que se ocupa das relações entre o Fisco e as pessoas sujeitas à imposições tributárias de qualquer espécie, limitando o poder de tributar e protegendo o cidadão contra os abusos desse poder

Direito da Criança e do Adolescente

Fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tutela seus direitos fundamentais, reconhecendo sua condição de sujeitos em desenvolvimento e priorizando sua proteção integral

Direito Eleitoral

Rege o processo eleitoral, partidos políticos, direitos políticos, eleições e a Justiça Eleitoral

Direito Militar

Regula as relações jurídicas no âmbito das Forças Armadas e forças auxiliares, especialmente em relação à hierarquia, disciplina e crimes militares

Ramos do Direito Público Externo

Direito Internacional Público

Conjunto de normas que regulam as relações entre Estados e Organismos Internacionais (ONU, OMC, OMS, OIT...)



Direito Internacional Privado

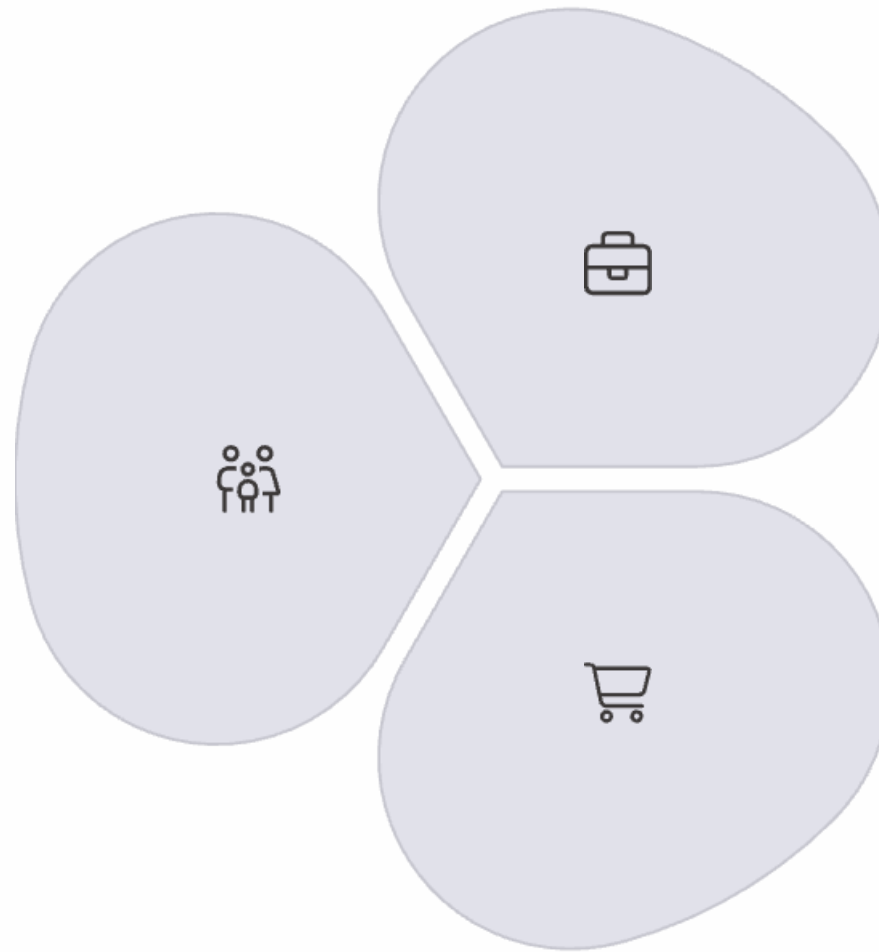
Regula as relações jurídicas entre pessoas físicas ou jurídicas de diferentes países

Busca resolver conflitos de leis e jurisdição, identificando qual legislação deve ser aplicada em casos transnacionais, como contratos internacionais, casamentos ou divórcios entre pessoas de nacionalidades distintas, heranças com bens no exterior, e disputas comerciais entre empresas de países diferentes

Ramos do Direito Privado

Direito Civil

Rege as relações familiares, patrimoniais e obrigacionais que se formam entre indivíduos encarados como tais, ou seja, enquanto membros da sociedade.



Direito Empresarial

Disciplina a atividade negocial do comerciante de qualquer pessoa, física ou jurídica, destinada a fins de natureza econômica, desde que habitual e dirigida à produção de resultados patrimoniais

Direito do Consumidor

Protege o consumidor nas relações de consumo, regulando práticas comerciais, contratos de consumo e responsabilidade por vício ou defeito de produtos/serviços

Direito Civil

- Regula as relações jurídicas entre particulares, abordando aspectos relacionados à pessoa, família, patrimônio e obrigações
- Trata da capacidade jurídica das pessoas, direitos da personalidade (identidade, privacidade, honra, imagem, nome, e liberdade de manifestação), relações familiares (casamento, união estável, filiação, divórcio e alimentos), e sucessões (herança, testamento e sucessores)
- Além disso, regula as obrigações e contratos, incluindo normas sobre responsabilidade civil e direitos reais (como propriedade, posse e usufruto)

Como atua um profissional do Direito Civil?

- Atuação abrangente, prestando tanto consultoria preventiva quanto representando clientes em litígios
- Elabora e analisa contratos, orienta sobre questões de família (divórcios, guarda, pensão alimentícia) e sucessões (testamentos, inventários, partilhas de bens), além de aconselhar em temas de responsabilidade civil, como ações de indenização por danos materiais e morais
- Representa seus clientes em ações contenciosas, como cobranças, disputas de posse, e reivindicação de propriedade, e atua na execução de sentenças e cumprimento de obrigações

Como atua um profissional do Direito Empresarial?

- Assessora empresas em todas as fases do negócio, desde a constituição até sua eventual dissolução
- Presta consultoria jurídica na elaboração de contratos comerciais, reorganizações societárias, fusões e aquisições, proteção de propriedade intelectual, além de garantir o cumprimento das normas regulatórias aplicáveis ao setor da empresa
- Também atua na prevenção e resolução de conflitos empresariais, seja por meio de negociação, mediação, arbitragem ou processos judiciais

Uma área em franca expansão no Brasil e que assegura a atuação de muitos profissionais



Direito Misto ou Social



— Direito do Trabalho

Regulamenta as ações trabalhistas, ou seja, aquelas travadas entre empregado e empregador, abrangendo ainda as normas jurídicas referentes à organização do trabalho e da produção



— Direito Previdenciário

Dispõe sobre a seguridade social e benefícios da Previdência Social

Como atua um profissional do Direito Trabalhista?

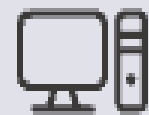
- Orienta seus clientes sobre a legislação trabalhista, elabora e analisa contratos, presta consultoria preventiva para evitar passivos judiciais e representa as partes em processos judiciais, como ações de reconhecimento de vínculo, horas extras, verbas rescisórias, assédio moral, entre outros.
- Atuação preventiva: orientar empresas e empregados para evitar conflitos e processos judiciais.
- Analisa e ajusta contratos de trabalho, acompanha a rotina da empresa para garantir o cumprimento das leis trabalhistas, propõe políticas internas claras, oferece treinamentos sobre direitos e deveres trabalhistas e realiza auditorias jurídicas.

Novos Direitos

Direito Digital ou Cibernético

Ramo emergente que trata das relações jurídicas no ambiente digital, como proteção de dados, crimes virtuais, contratos eletrônicos e regulação da internet (ex: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Interface entre Direito Privado e Direito Público



Como atua um profissional do Direito Digital?

- Prestando consultoria e representação jurídica em questões relacionadas ao uso da internet, redes sociais, proteção de dados e segurança da informação
- Orienta empresas e indivíduos sobre compliance com leis de proteção de dados pessoais), elabora contratos digitais, resolve disputas envolvendo propriedade intelectual (como violação de direitos autorais e patentes *online*) e defende casos relacionados a crimes cibernéticos, como fraudes, invasão de sistemas e cyberbullying
- Pode atuar em ações de responsabilidade civil por danos digitais, como publicações difamatórias, e em questões de privacidade e proteção de dados

Novos Direitos

Direito Ambiental

Principalmente Direito Público, com interseções no Direito Privado e Direito Internacional.

Normas que visam proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantindo seu uso sustentável para as presentes e futuras gerações

Trata da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais (ar, água, solo, fauna, flora)



Como atua um profissional do Direito Ambiental?

- Atua na defesa e promoção da sustentabilidade e proteção do meio ambiente, assessorando empresas, órgãos públicos e indivíduos em conformidade com as normas e regulamentações ambientais
- Orienta sobre questões relacionadas ao licenciamento ambiental, à responsabilidade por danos ambientais, e à proteção de áreas protegidas (como unidades de conservação e terras indígenas)
- Atua em litígios ambientais, defendendo a preservação de recursos naturais e buscando reparação por danos ambientais causados por poluição, desmatamento ilegal ou contaminação
- Pode atuar na elaboração de contratos e políticas ambientais para empresas e na implementação de compliance ambiental



- **Pará: Dez anos após naufrágio com mais de 4.900 bois no Pará, navio segue submerso e ribeirinhos pedem reparação**
- OUTRO LADO: Minerva Foods, dona da carga, diz que apoia atingidos e monitora a água; Companhia Docas do Pará afirma trabalhar para retirar embarcação do rio
- O afundamento da embarcação teve consequências diretas na vida de milhares de pessoas que vivem em comunidades dessa região –um lugar da costa amazônica, na baía do Marajó, onde a pesca comercial e de subsistência é fonte de renda para cerca de 5.000 pescadores associados, em nove ilhas, conforme estimativa de associações de ribeirinhos.

Considerações finais

- Quando decidir a área de atuação na carreira jurídica?
- Como se preparar da melhor forma?
- Quais critérios considerar?

